

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: 155

Data: 22.03.84

Pg.: 1

Qualquer funcionário - mesmo o presidente - que ferir os direitos do índio poderá ser demitido e passar até três anos na cadeia

Juruna tem projeto para punir Funai

Marco Di Pietro

José Humberto Fagundes

Octávio: terras serão demarcadas

Caso seja assegurada a continuidade de recursos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem condições de demarcar todas as terras indígenas do país num prazo de quatro a cinco anos, conforme garantiu ao *Jornal de Brasília* o presidente do órgão, Octávio Ferreira Lima. Essa demarcação deve começar já na próxima semana, quando a Funai deverá receber a verba de 1,5 bilhão de cruzeiros, proveniente do Finsocial. "Nossos técnicos estão de malas prontas para sair em campo, basta recebermos o dinheiro".

A Funai sempre foi alvo de severas críticas por parte de vários setores da comunidade brasileira envolvida na luta pelos direitos do índio, e principalmente do deputado Mário Juruna. Octávio Ferreira Lima atribui isso ao fato da Funai "não ter imagem". E fruto também do desconhecimento do trabalho feito pelo órgão, garante ele, ao lembrar que o "que é bom não dá lhoipe e a atuação junto a minorias é sempre problemática em qualquer lugar do mundo".

Ele preferiu não comentar o projeto que o deputado Mário Juruna apresenta hoje na Câmara dos Deputados (ver matéria abaixo), alegando que estava tomando conhecimento do assunto através do repórter. Com relação ao Projeto de Lei nº 661-B, de 1983, também de Mário Juruna, que prevê que a Funai passe a ser administrada por um Conselho Diretor composto de pessoas apontadas pelas comunidades indígenas, Octávio Ferreira afirma:

— Não é errado o índio tomar conta da Funai. Mas a legislação então terá de ser alterada, pois como pessoas parcialmente incapazes podem gerir recursos? —

Muitas críticas foram feitas também à Funai pelo cancelamento do convênio com a Casa do Ceará, que abrigava os índios em Brasília. "Pensei que esse assunto estava morto. Além do mais, não ocorreu na minha gestão. E quem rompeu o convênio foi a Casa do Ceará. O contrato previa o atendimento a 40 índios e quando foi cancelado havia lá 120 indígenas", explica Octávio Ferreira Lima. Ele garante que existia muito abuso por parte dos índios, que vinham a Brasília apenas passear ou tirar uma carteira de identidade, que poderia ser obtida nas delegacias regionais da Funai.

O presidente da Funai garante que não reativará o convênio e que jamais construirá uma Casa do Índio no Distrito Federal, pois "o índio não precisa disso".

O pessimismo de uma antropóloga

Em 1961, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, desativou três ou quatro reservas indígenas no Estado para fazer a sua reforma agrária. É hábito histórico os governos estaduais usarem as terras dos índios para atingir seus propósitos — conforme lembrou ontem a antropóloga, etnóloga e professora da Universidade de Brasília, Alcida Rita Ramos, ao emitir sua opinião pessimista com relação à demarcação de terras indígenas no País.

Tudo indica que os interesses indígenas não serão atendidos, lamenta ela, pois o Decreto 88.118, de fevereiro de 1983, abriu possibilidades para os governos estaduais terem poder decisório na questão.

— Foi desastroso retirar a responsabilidade exclusiva da Funai na demarcação de terras, já que abriu uma cunha para os interesses locais. E todos sabem que os problemas de terra são piores a nível regional e estadual.

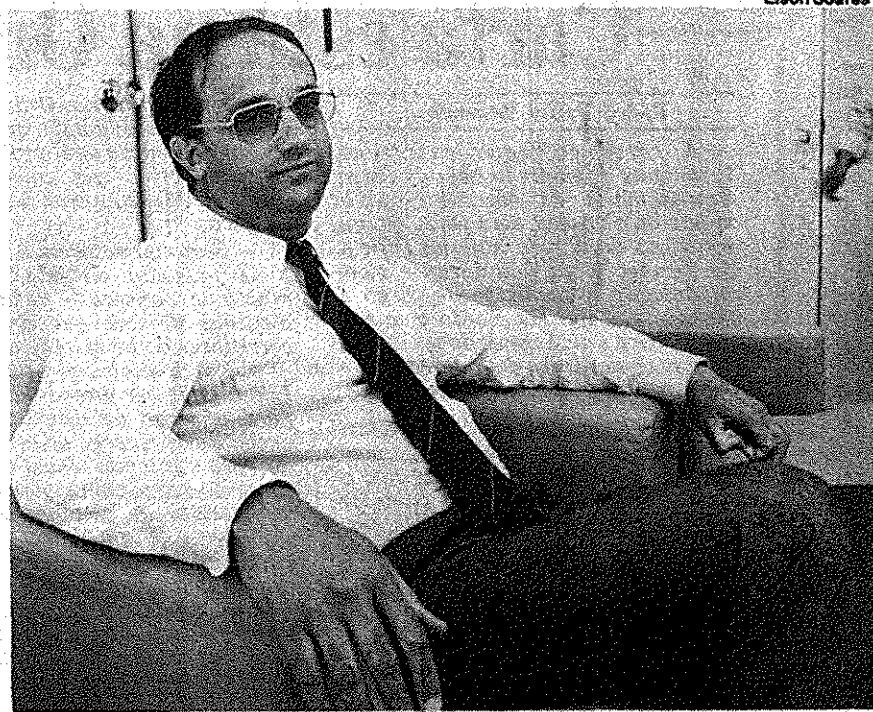
Com cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, a professora da UnB acha que não faz sentido órgãos como a Embrapa e o Ministério da Agricultura fazerem parte do grupo de trabalho criado pelo Decreto 88.118 para assuntos de demarcação de terras:

— Seus representantes logicamente vão defender interesses ligados à produção industrial de bens agrícolas e não à agricultura de subsistência.



Deputado-cacique Juruna quer encostar a Funai na parede

Eilson Soares



Octávio Ferreira: a demarcação de terras é prioridade da Funai

Eilson Soares



Alcida Ramos acha que os interesses dos índios não serão respeitados

Três anos de prisão, no máximo, e um ano, no mínimo, além de demissão sumária. A perspectiva não é nada agradável, pois ninguém quer perder o emprego e muito menos a liberdade. Mas a punição será aplicada, indistintamente, a todo funcionário — dirigente ou não — da Fundação Nacional do Índio (Funai), que permitir o arrendamento de terras habitadas pelos indígenas. Ou consentir na exploração de suas riquezas por empresas ou alguém que não seja índio.

Esse, pelo menos, é o objetivo do deputado Mário Juruna (PDT-RJ). Para concretizá-lo, ele fará o primeiro passo hoje ao apresentar seu projeto na Câmara dos Deputados. O parlamentar (cacique Xavante quer ainda punir os responsáveis, caso não sejam tomadas providências para a expulsão dos invasores ou declarados nulos e extintos os "efeitos de atos jurídicos de qualquer natureza", cuja intenção seja o domínio, a posse ou ocupação de terras indígenas, de acordo com o artigo 198 da Constituição. O prazo para adoção dessas medidas será de 30 dias, a partir da comunicação do fato, conforme prevê o projeto.

Na justificativa do deputado, ele garante que a Funai, apesar de ser o órgão encarregado da proteção dos direitos dos índios, não passa no entanto de mero espectador. Se não participa das invasões, mostra-se omissa em suas obrigações, instituídas por lei, e as sanções são a única forma que poderia obrigar os dirigentes da entidade — verdadeiros mandarins da nação, com um dos mais altos salários pagos ao funcionalismo — a realmente assumir a defesa dos direitos dos índios. O projeto de lei do representante pedetista procura ainda responsabilizar os dirigentes da Funai, que comprovadamente não cumprem as obrigações fixadas por lei e pela Constituição.

Demarcação de terras

Incrédulo, Mário Juruna duvida que a Funai de fato proceda à demarcação das terras indígenas com a verba de 1,5 bilhão de cruzeiros, obtida através do Finsocial, na semana passada. "É mais uma piada do Governo Federal. Eles firmam convênios todo o tempo. Documento frio não adianta. Por que não liberaram os recursos antes, mas só agora num ano eleitoral? Não é um gesto de boa vontade. E publicidade para a campanha presidencial do ministro Mário Andreazza".

"A Funai só demonstra boa vontade para garantir a posse da terra dos índios aos fazendeiros, para permitir a exploração mineral e a plantação de maconha, além da devastação florestal com as atividades das serrarias, lamenta o deputado. "Quem sofre na pele é o índio. Ele é que deve resolver a questão de seu patrimônio, não o Governo Federal. A lei é errada e não reconhece o direito do índio que ocupava a terra antes mesmo do português".

Juruna assegura que os índios devagar vão quebrando as barreiras e que ainda assumirão o controle da Funai (ele inclusive tem um projeto nesse sentido, já aprovado na Câmara). Quando chegar esse dia, afirma com convicção, será apurado quem roubou e onde o órgão gastou o dinheiro que deveria ser aplicado em benefício dos índios.

Apesar de chegar à Câmara às 7 horas da manhã, de segunda a sexta-feira, e só voltar para casa às 11 da noite, o deputado-cacique diz que não pode fazer milagres, mas ajuda como pode a cerca de 40 pessoas (entre elas muitos "brancos") que o procuram diariamente. Ele recebe inúmeros pedidos de passagens e bolsas de estudo, principalmente, e confessa que "a vida aqui (na cidade) é muito difícil".

A favor das diretas

O Governo tem que dar oportunidade ao povo e satisfazer as suas aspirações. E o povo quer votar e eleger o próximo Presidente da República. Isso está claro para o deputado Mário Juruna, firmemente engajado na campanha pelas diretas. "A gente tem de buscar uma nova".

Se o Governo não se sensibilizar com as pressões populares a favor das eleições diretas, quem acabará perdendo será o PDS, pois nas próximas eleições certamente não receberá o apoio do povo, raciocina ainda o parlamentar. Ele acha que só um Governo civil fará uma "limpeza" no País. "É preciso apurar os responsáveis pelas sujeiras e quem são aqueles que andam roubando o povo", conclui Juruna.